

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

ELAINY PAULA VITURINO BRAZ
LARISSA GABRIELA GOUVEIA DOS SANTOS

O PROGRAMA GIGANTINHOS:

o gerencialismo na ampliação de creches e pré-escolas na cidade de Maceió.

MACEIÓ

2025

ELAINY PAULA VITURINO BRAZ
LARISSA GABRIELA GOUVEIA DOS SANTOS

O PROGRAMA GIGANTINHOS:

o gerencialismo na ampliação de creches e pré-escolas na cidade de Maceió.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da Especialização em Gestão Educacional. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lissier Palmeira.

MACEIÓ

2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELAINY PAULA VITURINO BRAZ
LARISSA GABRIELA GOUVEIA DOS SANTOS,

O PROGRAMA GIGANTINHOS: O GERENCIALISMO NA AMPLIAÇÃO DE CRECHES E
PRÉ-ESCOLAS NA CIDADE DE MACEIÓ

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
banca examinadora do curso de Pós-graduação
em Gestão Educacional da Universidade Federal
de Alagoas e aprovada em 19 de março de 2025.



Documento assinado digitalmente

LANA LISIER DE LIMA PALMEIRA

Data: 23/04/2025 12:13:41-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora – Profª. Dra. Lana Lisiér de Lima Palmeira

Banca examinadora: 1



Documento assinado digitalmente

RODRIGO PEREIRA

Data: 25/04/2025 23:46:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador/a- Prof. Dr. Rodrigo Pereira

O PROGRAMA GIGANTINHOS: O GERENCIALISMO NA AMPLIAÇÃO DE CRECHES E PRÉ-ESCOLAS NA CIDADE DE MACEIÓ.

Elainy Paula Viturino
Braz¹
Larissa Gabriela
Gouveia dos
Santos^{2**}
Lana Lissiêr
Palmeira^{3***}

RESUMO

Este trabalho investiga o avanço do gerencialismo na administração de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), de Maceió. O tema proposto delimitou-se a partir de observações das autoras em suas experiências como docentes da rede de ensino. Consideramos, nesse estudo, as metas preconizadas pelo Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio 2015-2025, acerca da expansão do atendimento à primeira infância na educação básica. Elencamos como objetivo geral, analisar as ações do Programa Gigantinhos como estratégia política para ampliação de vagas na educação infantil. Buscamos explicitar os pressupostos teóricos e ideológicos do gerencialismo implementados nas reformas políticas da gestão da educação pública de Maceió; identificar a rede de parceiros privados e suas respectivas ações no Programa Gigantinhos; e compreender o seu papel na rede de ensino municipal de Maceió. Tivemos como problema de pesquisa investigar como tem sido as novas reconfigurações da gestão da educação pública de Maceió, por meio da experiência do Programa Gigantinhos e sua rede de parceiros privados. A abordagem metodológica é qualitativa, associando revisão bibliográfica e análise documental. Ao final, tivemos como percepções que, apesar do avanço de garantias ao acesso a vagas para educação infantil ofertada pela prefeitura, a administração privada compromete diretrizes fincadas como norteadoras do PME, vinculadas ao Plano Nacional de Educação (PNE), em relação à democratização da gestão e à propagação da ideia de que a iniciativa privada melhora a qualidade dos serviços públicos.

Palavras-chave: educação infantil; gerencialismo; programa Gigantinhos; rede pública de Maceió.

¹ Doutora e Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL), Especialista em Gestão Educacional e Pedagogia, pela UFAL, membro do grupo de pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE).

^{2**} Mestre em Sociologia, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (PPGS/UFAL), Especialista em Ensino de História, Especialista em Gestão Educacional e Pedagogia, pela UFAL.

^{3***} Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas na Faculdade de Direito (FDA) e no Centro de Educação (CEDU), Pós-doutorado pela Universidade Federal de Sergipe, Doutora em Educação, pelo Programa de Pós-graduação em Educação (UFAL), mestra em educação pela mesma universidade, possui graduação em Direito e Licenciatura Plena em Pedagogia, membro do grupo de pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE).

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo surge no contexto da pós-graduação em gestão educacional, em que, ao estudarmos os conceitos de gestão democrática e Projeto Político Pedagógico (PPP), questionamo-nos como ficariam assegurados esses direitos no contexto educacional da atualidade no estado de Alagoas. Pois, embora esses direitos sejam disciplinados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) reconhecemos que existem outros interesses que interferem na gestão da educação básica brasileira.

O contexto de privatizações e mercantilização da educação básica surge na década de 1990 no Brasil, por meio da implementação do Plano Diretor do Aparelho Estatal (1994) que é permissivo às ações de parcerias público-privadas na gestão da educação pública. Fato este, que interfere no modelo de gestão democrática assegurado em nosso sistema de ensino, uma vez, que segundo Veiga (1998) para cumprimento desse modelo de gestão precisamos assegurar que as escolas públicas cumpram o seu papel político com liberdade e, principalmente, que seja permissivo ao diálogo com aqueles que fazem o cotidiano da escola e reconhecem a realidade da sala de aula.

Nosso objeto de estudo contrapõe-se à gestão democrática por, de forma crítica, tratar de um modelo de gestão que é pensado e articulado pelo empresariado brasileiro, por meio de estratégias das parcerias público-privadas em educação que são mecanismos de gestão defensores dos interesses capitalistas na administração pública (Cêa; Braz; Paz, 2022). Para isto, trataremos como objeto de estudo o Programa Gigantinhos⁴, mais especificamente uma experiência da Secretaria Municipal de Educação de Maceió e três Organizações Sociais que são representantes do empresariado na educação infantil maceioense.

No contexto de privatizações e mercantilização da educação pública, o ideário da gestão democrática se torna cada vez mais distante de Maceió, devido as investidas do gerencialismo e toda sua nova organização de como gerir a educação pública no município. Uma das estratégias de gestão da educação de caráter gerencialista, instituída pelos governos maceioenses, são as parcerias público-privadas em educação, os quais utilizam as parcerias

⁴A ausência de documentos, planos e Diretrizes produzidos pela Semed/Maceió ou sua rede de parceiros, no ano de 2025 ainda não havia sendo publicada, assim tornando-se uma política educacional sem clareza em seus propósitos. Em virtude disto, utilizamos como fonte pesquisa as informações contidas no site SEMED/Maceió e demais meios de comunicação da prefeitura da cidade como a SECOM.

como mecanismo de gestão para atender aos diversos interesses do capital envolvidos na educação pública (Robertson; Verger, 2012).

Em meio ao cenário de privatizações da Rede Municipal de Educação de Maceió, nos delimitamos neste texto a investigar como as ações de parcerias que tem sido implementada no nível de ensino da Educação Infantil, na qual se reconhece que a grande problemática a ser solucionada é a oferta deste nível. Assim, questionamo-nos: como tem sido as novas reconfigurações da gestão da educação pública de Maceió, por meio da experiência do Programa Gigantinhos e sua rede de parceiros privados?

Para responder tal problemática elencamos como objetivo geral: analisar as ações do Programa Gigantinhos como estratégia política de cumprir as metas do PME no município de Maceió para ampliação de vagas na educação infantil. Nos desdobramentos, como objetivos específicos, temos: explicitar os pressupostos teóricos e ideológicos do gerencialismo implementados nas reformas políticas da gestão da educação pública de Maceió; identificar a rede de parceiros privados e suas respectivas ações no Programa Gigantinhos; compreender o papel do Programa Gigantinhos na rede de ensino municipal de Maceió.

Metodologicamente, o presente estudo caracteriza-se como sendo de abordagem qualitativa com base em documentos de políticas educacionais. Nessa seara, importante destacar que consideramos todas as notícias, documentos e termos de parcerias, o Plano Municipal de Educação Infantil e outros documentos que tratem sobre o Programa Gigantinhos como aspectos da realidade da gestão da educação municipal de Maceió, desde que sejam tratados e analisados com um método de estudo que seja permissivo a interpretação crítica.

Desta forma, o presente texto estrutura-se, para além desta introdução, em duas seções e as considerações finais. Na seção inicial, tratamos do referencial teórico utilizado para compreender a gestão da educação no contexto de privatizações da educação maceioense, na qual buscamos evidenciar o histórico das parcerias público-privadas como instrumento de gestão utilizados por diversos governos municipais.

Em seguida, trouxemos a experiência do Programa Gigantinhos apresentado pelo governo de João Henrique Caldas (JHC) como a suposta solução para oferta da educação infantil. Por fim, realizamos nossas considerações finais que expõem como o gerencialismo na educação implica em uma mudança política, econômica e ideológica por defender um projeto de educação que privilegie os interesses do empresariado no sistema de ensino de Maceió.

Contudo, propomo-nos a trazer as implicações das parcerias público-privadas como estratégia de gestão da educação básica em suas reformas políticas que imprimem novos significados à educação pública e impossibilitam a existência da gestão democrática. Pois, cada

vez mais, deparamo-nos com um cenário repleto de pacotes educacionais que engessam o trabalho docente e impõem regras para alcançar o desenvolvimento socioeconômico local.

2 COMPREENDENDO O GERENCIALISMO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MACEIOENSE

As reformas impostas à educação pública no Brasil cada vez mais são guiadas pelo ideário da competição entre os sistemas sociais e políticos. Seja nas disputas entre os governos nacionais ou locais, a lógica do mercado tem ganhado espaço nos sistemas educacionais brasileiros na composição de arranjos econômicos que passem a imagem de avanços na oferta e qualidade da educação pública (Laval, 2019). Segundo Ball e Mainardes (2011, p. 23), a estratégia neoliberal demanda mudanças na “regulação dos governos” envolvendo a privatização sumária do setor público, em que o projeto hegemônico controla as lideranças locais para defender e estruturar os interesses do mercado dentro deste setor por meio de parcerias-público privadas, regulamentadas pela Lei nº 11.079/04, que institui normas gerais para a licitação e contratação de tal espécie de concessão administrativa no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Carvalho Filho (2019, p. 633) aponta a existência de contradição na aplicação da palavra “parceria” para designar tal tipo de contratação, uma vez que

[...] o denominado “parceiro privado” nada mais é do que uma pessoa comum do setor privado, que, como tal, persegue lucros e vantagens na execução do serviço ou da obra pública. Quanto a isso, aliás, nenhuma diferença tem em relação às pessoas concessionárias na concessão comum. O que caracteriza a verdadeira parceria, isto sim, é a cooperação mútua, técnica e financeira, com objetivos comuns (e não contrapostos, como ocorre nos contratos em geral) e sem fins lucrativos, conforme sucede nos convênios e nos contratos de gestão firmados com organizações sociais, previstos na Lei nº 9.637/1998.

As parcerias público-privadas consistem em uma estratégia política permissiva na conciliação de interesses do mercado dentro da administração pública, de modo que os serviços prestados pelos governos passam a ser vistos como um negócio lucrativo capaz de alcançar as propostas globais para educação (Avellar; Ball, 2017). Desta forma, as parcerias mediam e fazem o processo de privatização nos sistemas de ensino público, ao proporem reformas educacionais capazes de reverter a lógica da desigualdade social e equacionar os índices

econômicos (Robertson; Verger, 2012). Para além dos efeitos imediatos de privatização e fragmentação da educação pública, as parcerias público-privadas reafirmam a inserção do gerencialismo na administração pública trazendo à tona suas implicações culturais e políticas como forma de gestão.

Os significados políticos e culturais das parcerias público-privadas em educação são condizentes a um projeto de sociedade que utiliza a lógica do mercado como referência a ser seguida em todas atividades pedagógicas, de gestão e financiamento da educação pública, ou seja, a economia capitalista e as suas falhas estruturais utilizam as parcerias para favorecer a expansão global do capital e reverter suas crises estruturais (Cêa, 2023).

Portanto, as transformações no setor educacional para o viés gerencialista implicam na condução ideológica que administração pública, os governos, assume ao tratar a educação como um negócio lucrativo e plural, em que a atuação do empresariado é diversa e expansiva para todas as áreas da gestão educacional (Ball, 2012). Tal relação, entre os setores público e privado sistematizam e propagam a “nova pedagogia do capital” que atrela a educação ao desenvolvimento econômico em níveis global, nacional e local tornando difuso os interesses envolvidos na execução das políticas educacionais” (Esteves, 2022, p. 8).

O movimento global em torno da educação criado pelas parcerias público-privadas é composto por redes políticas do empresariado que se difundem e são aceitas pelos governos, ao propor “soluções” eficazes para resolver os problemas educacionais de diversas ordens que impactem diretamente no desenvolvimento social (Robertson; Verger, 2012). As parcerias expressam os interesses do empresariado no setor público, uma vez que suas ações podem ser coordenadas por diversas instituições ao mesmo tempo, o que traz como forma de gestão ideal o modelo denominado governança da educação, nada mais é que o empresariado exercendo a coesão sobre os governos na prestação dos serviços públicos (Dale, 2004; 2010).

Diante ao processo de privatização implementado pelas parcerias, segundo Peroni (2018) no Estado Brasileiro a educação pública permanece tida como de responsabilidade dos governos, pois a concessão cedida pelo modelo da governança não isenta o Estado de atuar como regulador e financiador das ações de parceria e seu projeto de sociedade hegemônico. Para o gerencialismo o aparelho estatal é recurso para implementar o projeto de educação do capital, em que se observa uma crescente de instituições privadas ocupando a coordenação de suas ações, seja por meio de Organizações Sociais, Institutos, Organismos Internacionais e empresas que formam uma ampla rede política na defesa da internacionalização e mercantilização da educação pública (Cássio *et al.*, 2020).

Para Shiroma (2020), as políticas e práticas da educação cada vez mais são direcionadas por um movimento global que disseminam ideais em uma contínua disputa de poder entre espaços e internos e externos nas reformas das políticas educacionais, pois as parcerias público-privadas transferem para dentro do Estado (strito sensu) regras que são aceitos por grande parte da sociedade pelo simples fato de serem difundidas em diversos programas que se propõe a resolver os problemas da educação. Essa transferência de poder é difusa e expansiva, por ser tida como uma alternativa diante a ineficiência do Estado, de modo a operar como estruturas acopladas ao Estado que reúnem diversos parceiros privados que lideram um projeto mundial de educação com base no consenso e na conciliação dos interesses do capital.

No contexto da educação pública do município de Maceió-AL, Braz (2019) mostra que as tentativas das parcerias público-privadas de resolver problemas históricos existentes na gestão da Rede Municipal de Ensino. Tais ações, concretizam-se na Rede como programas educacionais frutos dessas parcerias que almejam executar reformas nas políticas educacionais que ultrapassem a perspectiva de governo e forme sua própria rede política de apoiadores da educação.

A proposta salvacionista para educação maceioense é de caráter privado por ser implementada por diversos atores do empresariado local, nacional e internacional que visam equacionar os índices educacionais e melhorar os déficits apresentados na oferta da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Para isto, Braz, Cêa e Santos (2024) apresentam as investidas da parceria Mec/Pnud na tentativa de estruturar toda a política educacional da Rede Municipal de Ensino com programas⁵ que perpassam os governos de Maceió e evidenciam a permanência de instituições representantes do empresariado na coordenação da gestão da educação pública.

Portanto, as experiências dos governos municipais de Maceió com parcerias privadas se caracterizam como vastas e imprecisas, uma vez que a gestão da educação pública se adequa as ações destes parceiros incluindo várias coordenações que atuam ao mesmo tempo em vários programas acoplados na Secretaria Municipal de Educação de Maceió (Cêa; Braz; Paz, 2020). Isto implica em dizer, que as parcerias implementadas na educação de Maceió contam com instituições características da Terceira Via (como Ongs, Organizações Sociais e Oscips), instituições públicas como universidades federais e o Ministério da Educação, instituições

⁵ [1] Segundo Braz, Cêa e Santos (2024), na Rede Municipal de Maceió o Pnud foi responsável por executar dois macros programas de reformas educacionais: o Cidade Educar (2008-2013) e o Viva Escola (2013-2020), ambos tinham como objetivo reverter os índices educacionais do município e tornar Maceió um modelo de desenvolvimento.

internacionais dentre outras que representam o empresariado local e se dispõe a colaborar com a educação para promoção do desenvolvimento social e econômico do município (Braz, 2019).

Inácio da Silva e Santos (2022) retrata que as parcerias agem como instrumento de gestão da educação, sendo capacitadas a articular interesses privados ao setor público. Constatase que no município de Maceió as reestruturações educacionais são implementadas por organizações como o Instituto Ayrton Senna, Natura, Fundação Lemann, dentre outros, que em âmbito nacional executam programas para reformar a educação básica.

O foco das instituições privadas na educação básica é motivado pela venda de pacotes educacionais - livros didáticos e formações continuadas - que criam novas formas de lucrar com a educação pública, ao mesmo tempo, que as parcerias usam o discurso de reverter a crise do capital com investimentos em capital humano.

Os investimentos em capital humano residem em uma estratégia econômica de garantir aos sujeitos em situação de pobreza, ou extrema-pobreza a educação básica como saída para torná-los produtivos dentro do sistema capitalista (Cêa; Braz; Paz, 2020). Ou seja, para o empresariado a oferta da educação básica é tida como um negócio duplamente lucrativo, pois de imediato obtém-se o financiamento de suas ações de parcerias pelos governos, ao mesmo tempo, que adequam a formação do trabalhador aos interesses desenvolvimentistas do mercado.

Destacamos que a gestão da Secretaria Municipal de Maceió apresenta o viés gerencialista pela escolha de seus governantes em optar pelas ações de parceria para organizar a Rede Municipal, de modo a estruturar os processos de privatização e mercantilização dos níveis de ensino ofertados (Educação Infantil e Ensino Fundamental). Como parte de um processo de privatizações sumárias, a gestão da educação precisa se adequar aos requisitos exigidos pelo capital internacional, pois os próprios parceiros privados dependem da vontade e busca dos governos para implementar as reformas educacionais que almejam equacionar o desenvolvimento socioeconômico e restabelecer os ganhos do mercado nacional e local.

A dinâmica dos governos municipais, no que se refere à oferta e organização da Educação Infantil e Ensino Fundamental apresentam parcerias de todo o tipo, pois o que se estabeleceu na gestão do sistema de ensino é que a governança é o modelo ideal a ser alcançado porque independe dos governos para manutenção de suas parcerias e até mesmo atender os interesses do mercado (Robertson; Verger, 2012). Essa manutenção das parcerias como mecanismos de gestão evidencia-se a partir da permanência de algumas instituições privadas no sistema de ensino, atuantes principalmente em melhorias na oferta da Educação Infantil e

nos processos pedagógicos que envolvem a distorção idade-série no Ensino Fundamental e questões ensino-aprendizagem voltadas à alfabetização (Inácio da Silva; Santos, 2022).

A seguir, apresentaremos como tem sido organizada a experiência do Programa Gigantinhos- parceria da Semed/Maceió com três Organizações Sociais de representantes privados que atuam na melhoria da oferta e qualidade da Educação Infantil.

3 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: ANALISANDO AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DO PROGRAMA GIGANTINHOS

A educação da rede pública de Maceió tem um longo histórico de desafios. Em 2022, foi verificada a existência de grande demanda reprimida no tocante à oferta de vagas em creches e pré-escolas. Em matéria publicada pela Secretaria de Comunicação - Secom (2023), foi constatado por meio de um estudo realizado por uma empresa especializada em consultoria em gestão pública, solicitada pela Secretaria Municipal de Educação (Semed). Os dados coletados tomaram como parâmetro apenas a população local com idade inferior a 4 anos de idade, constatando-se um déficit de 39.273 vagas.

Corroborando o aprofundamento das necessidades voltadas para a educação infantil, em janeiro de 2024, o Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) ajuizou ação civil pública no intuito de garantir a expansão da oferta de vagas em creches públicas de Maceió/AL. Em maio do corrente ano, tal ação obteve decisão liminar favorável, que determinou que a prefeitura apresentasse plano de expansão apto a contemplar, dentre outras necessidades, a construção de novas unidades e a contratação de profissionais qualificados.

Nesse contexto, o Programa Gigantinhos, idealizado pela gestão de João Henrique Holanda Caldas (JHC), foi anunciado como o maior programa educacional da história de Alagoas focado na primeira infância. Segundo os dados divulgados pela Secretaria de Comunicação (Secom), de Maceió, foram investidos cerca de 165 milhões de reais na ampliação de creches da capital de Alagoas. De acordo com a Assessoria de Comunicação da Semed, parte considerável do investimento inicial aplicado no programa veio da indenização recebida pela prefeitura em acordo com a Braskem. Foram anunciadas 31 novas creches em Maceió.

Nomeados Centros Municipais de Educação Infantil – Rede Parceira (CMEIs-RP), idealizado pela Prefeitura de Maceió, por meio da Semed, o programa foi inaugurado em março de 2024. O Gigantinhos tem como público crianças de 0 a 5 anos e 11 meses que frequentam a

Educação Infantil. São creches em tempo integral, com gerenciamento de rede parceira, do terceiro setor. Vale ressaltar que várias empresas administram o programa e são sediadas em outros estados do país. Salienta-se ainda que a gestão de JHC parte da implementação de políticas públicas efetivadas por meio de princípios neoliberais.

Foram identificadas três redes que se apresentam como Organização da Sociedade Civil (OSC), formalizando a parceria público-privada: o Instituto de Gestão e Valorização do Ensino (Igeve), sediado em Campinas, São Paulo, que obteve o seu credenciamento educacional para celebração de eventuais parcerias junto à Semed no dia 20 de outubro de 2023, através da Portaria nº 0323/2023; a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), sediada no Distrito Federal, que foi credenciada pela Semed por meio da Portaria nº 0340/2023, datada do dia 20 de fevereiro de 2024; e a Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes (SEMEAR), com sede em Sergipe. Todos com contratos de vigência por doze meses, prorrogáveis até o limite previsto na Lei Federal nº 13.019/2014.

Os CMEIs-RP têm contratos administrativos estabelecidos com instituições privadas com atuação de cunho social. O Igeve atualmente gere cinco CMEIs de Maceió. Em seu site, apresenta sua concepção de educação defendendo que,

[...] se especializou na educação infantil e acredita na possibilidade de expandir [...] por meio de uma gestão que traga economicidade aos cofres públicos, além de se colocar à disposição para projetos de crescimento das redes de ensinos e disponibilizar projetos para absorção das gestões de unidades escolares. (Igeve, 2023)

O modelo organizacional proposto pelo Igeve segue a seguinte rotina escolar: entrada e recepção das crianças, café da manhã, iniciação de língua e cultura, aprendizado prático sobre saúde, almoço, lanche, hora da soneca, escovação dos dentes, leitura e história, diversão e entretenimento, refeição final (jantar), e saída.

A CNEC se apresenta como uma rede de ensino da educação básica e ensino superior, em 18 estados brasileiros e Distrito Federal. Assume caráter filantrópico, promovendo projetos sustentáveis e conhecimento para seus alunos e famílias. Atualmente gere uma unidade do Gigantinhos, no bairro Poço. Na medida em que a Sociedade SEMEAR se intitula como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), visando atuação em ambiente social e natural, focalizada no terceiro setor. Atua em um CMEI no bairro Graciliano Ramos. Não foram encontradas diretrizes curriculares aplicadas à educação infantil por essas duas últimas redes.

Segundo os termos do contrato estabelecido entre a Semed e o Igeve, o investimento inicial pago à instituição parceira foi de mais 49 milhões de reais. Tal processo de privatização do gerencialismo educacional modifica a organização da escola pública, e conseqüentemente contrapõe os moldes propostos pelo PNE, que visa a atuação da gestão democrática da educação pública. Esta é uma diretriz geral do PME.

A ampliação do número de vagas em creches, em contrapartida, aponta mecanismos de privatização do setor público educacional, bem como a disseminação do pensamento neoliberal de que a interferência de instituições privadas na administração de bens públicos melhora seu desempenho por meio da redução de custos e garante a qualidade do serviço ofertado à população com padrões de excelência na infraestrutura e na organização escolar. Os prédios das unidades, recém inaugurados, chamam atenção pela infraestrutura escolar comportar espaços amplos, flexíveis e lúdicos.

A contratação de funcionários fica à responsabilidade das redes parceiras, bem como a prática pedagógica implementada gerida por cada instituição. A centralização de poder burocrático no gerenciamento das creches fica atribuída à administração da gestão. No caso do objeto dessa pesquisa, a gestão educacional regida pelas redes parceiras media a interlocução entre o Poder Público e a sociedade civil local.

Não foram encontrados documentos oficiais que destrincham a proposta educacional do Programa Gigantinhos, apesar de sua ampla divulgação midiática. No entanto, pode-se observar que o programa objetiva cumprir diretrizes, metas e estratégias para a Educação Infantil que concretize a universalização do atendimento escolar, estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação (PME), implementado entre 2015-2025.

As políticas formuladas pelo documento apontavam índices alarmantes em relação à população maceioense ter o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) mais baixo do Nordeste e do Brasil. Os gráficos do censo demográfico contidos no PME revelavam que, entre 2012 e 2014, as áreas de moradia de trabalhadores de baixa renda eram as que tinham maior demanda não atendida.

O número de matriculados em creches privadas cresceu ao longo dos anos, enquanto o de matriculados na rede pública permaneceu com baixa adesão e sem muitas alterações. Não é demais destacar que “ O levantamento de dados indica que dos 55 CMEIS existentes na rede, apenas 32 CMEIS se encontram em condições mínimas adequadas para atender as crianças de 0 a 5 cinco anos e com condições para se estruturar uma sala de “campos de experiências”. (Plano Municipal de Educação, Maceió 2015-2025)

A partir da análise do que preconiza o PME, documento de política educacional publicado e produzido pela gestão da educação de Maceió que, indiretamente ou diretamente, se relaciona ao que resultou a idealização do Programa Gigantinhos, identificamos que as parcerias envolvidas e as possíveis implicações do programa na Rede de Ensino Municipal de Maceió perpetuam um modelo de gerencialismo privado.

Peroni (2018, p. 213) considera que existem várias formas de privatização do público. A autora destaca o processo de materialização da privatização, sendo ‘’ aquilo que permanece com a propriedade estatal, mas passa a ter a lógica de mercado, reorganizando principalmente os processos de gestão e redefinindo o conteúdo da política educacional’’. O caráter político-pedagógico da gestão escolar entra em desacordo com a gestão democrática como pilar da escola pública, tendo em vista a natureza de ordem privada na direção e execução de políticas públicas.

Cabe-nos a reflexão de como poderia ocorrer a efetiva participação coletiva da comunidade escolar nas tomadas de decisões, posto que a burocratização da equipe gestora externa à Semed monopoliza a administração. Peroni (2018) traz considerações sobre compreender as redes como sujeitos, individuais e coletivos, que carregam projetos de classe social, econômica e cultural. A entrada do setor privado na gestão das CMEIs repassa o controle administrativo. Se faz necessário frisar que essas redes defendem projetos com interesses políticos e de classe vinculadas à lógica mercadológica, assumindo a faceta de interesse de melhor desempenho dos bens públicos.

A gestão escolar, composta por sujeitos individuais e coletivos, está em um constante campo de disputa que se redefine a partir do projeto de sociedade proposto pela gestão da prefeitura de Maceió, das políticas implementadas em seu modelo administrativo de gestão gerencial e, conseqüentemente, das proposições mediadas nesse processo com o grande empresariado e o governo federal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração de escolas da rede pública de ensino vem aderindo com maior ênfase, nos últimos anos, a lógica gerencialista na prestação de serviços educacionais na educação infantil da capital alagoana. O Programa Gigantinhos surgiu como parte de um processo de privatização que abrange um projeto de política global. Foi constatado que havia um déficit que interferia no cumprimento de metas para a educação infantil, estabelecidas pelo PME de Maceió.

O modelo gerencialista intensificado pela atual gestão da prefeitura potencializou a oferta de vagas que cobrisse a carência na educação infantil, expandindo unidades que contemplavam os bairros mais populosos da cidade, atendendo a resultados imediatos esperados pela população. Essa investigação se propôs a compreender as formas de condução de CMEIs administradas por OSCs interestaduais, com a finalidade de alcançar as metas elencadas para serem cumpridas no decênio 2015-2025. As parcerias público-privadas, nesse estudo de caso, são denominadas como redes parceiras que possuem inserção social na esfera da sociedade civil.

A descentralização das responsabilidades para gerir essas instituições interfere nas formas de condução da escola pública, buscando alavancar o desempenho por melhores resultados, compromete a efetividade da autonomia e da participação coletiva no processo de tomadas de decisões. Cabe-se refletir se há maneiras de exercer a gestão pautada em princípios democráticos frente um contexto gerencial expansionista na educação infantil maceioense, pautado no neoliberalismo.

Diante do que foi exposto, compreendemos que a educação infantil da rede pública de Maceió se reconfigurou nos últimos anos, seguindo um modelo gerencial conduzido pelo terceiro setor. Apesar da política de expansão do número de vagas ofertadas para a educação da primeira infância ter sido positivamente alcançada, a administração determinada para esses setores contribuiu para o avanço dos meios de privatização da educação pública.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Marina; BALL, Stephen John. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: the mobilization for the national learning standards in brazil. **International Journal Of Educational Development**, Ucl, v. /, n. /, p. 1-9, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/11/avelar-ball-ijed-paper.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, Stephen John. **Global Education Inc.:** New policy networks and neoliberal imaginary. New York: Routledge, 2012.

BALL, Stephen John. **Global education Inc.:** new policy networks and the neoliberal imaginary. New York: Routledge, 2012.

BRAZ, Elayne Paula Viturino. **Governança da educação pública em Maceió: uma análise do programa Viva Escola (2013-2018)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2019, 153 p.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CÊA, Georgia Sobreira. Parcerias público-privadas e hipertrofia do mercado na educação. **Germinal: marxismo e educação em debate**. Salvador, v.13, n.1, p. 30- 47, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i1.44350. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44350/24601>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos; BRAZ, Elayne Paula Viturino.; PAZ, Sandra Regina. Elementos da governança da educação pública da Rede Municipal de Maceió: a parceria SEMED/PNUD e o Programa Viva Escola. In: **Políticas e gestão da educação brasileira em cenário alagoano**. Ed. Anpae, Brasília, 2020. p. 65-80.

DALE, Roger. **A sociologia da educação e o Estado após a globalização**. Educação & Sociologia, Campinas, v. 31, n. 113, 2010, p. 1099-1120. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400003>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/03.pdf>. acessado em: 23 set. 2018.

DALE, Roger. **Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”?** Educação & Sociologia, Campinas, v. 25, n. 87, 2004. p. 423-460. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvzwz9hngDXK/?format=html&lang=pt>: Acesso em 10 abr. 2019.

Campanha Nacional de Escolas na Comunidade. **Institucional**. Disponível em: <https://www.cnec.br/sobre> Acesso em: 12 dez. 2024.

ESTORMOVSKI, Renata Cecília; SIQUEIRA ESQUINSANI, Rosimar Serena. **Parcerias na educação: distintos percursos traçados para a privatização do conteúdo da escola básica**. Revista Exitus, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 01-24, 2022. DOI: 10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1742. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1742>. Acesso em: 14 jul. 2024.

EVANGELISTA, Olinda.; SHIROMA, Eneida Oto. **Organizações multilaterais, redes de governança e políticas educacionais**. Roteiro, Joaçaba, v. 44, n. 3, p. 1-16, 2019. DOI: 10.18593/r.v44i3.23373. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/roteiro/v44n3/2177-6059-roteiro-44-03-e23373.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

INÁCIO DA SILVA, Nélida Fernanda; SANTOS, Inalda Maria dos. **Rede de relações do Instituto Ayrton Senna: articulações para o substanciamento das parcerias público-privadas entre o Instituto Ayrton Senna e a Secretaria Municipal de Educação de Maceió-AL**. Revista

Exitus, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 1-24, 2022. DOI: 10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1682.

Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1682>. Acesso em: 14 jul. 2024.

Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino. **Educação**. Disponível em: igeve.org/educacao/ Acesso em: 12 dez. 2024.

Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino. **Quem somos**. Disponível em: igeve.org/quem-somos/ Acesso em: 12 dez. 2024.

LAVAL, Cristian. **A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1ª. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

Ministério Público do Estado de Alagoas. **Após ação ajuizada pelo Ministério Público, Judiciário determina ampliação de vagas em creches e pré-escolas em Maceió**.

Disponível em: <https://www.mpal.mp.br/?p=35852> Acesso em: 18 dez. 2024.

Ministério Público do Estado de Alagoas. **MPAL ajuíza ação para regularizar oferta de vagas em creches e pré-escolas**. Disponível em: <https://www.mpal.mp.br/?p=35852> Acesso em: 18 dez. 2024.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. **Gerencialismo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-31432012000200003&script=sci_abstract Acesso em: 02 ago. 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal. **MÚLTIPLAS FORMAS DE MATERIALIZAÇÃO DO PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL: sujeitos e conteúdo da proposta**. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação e Sociologia**: Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133- 1156, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400012>. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/873/87325199020.pdf> Acesso em 23 set. 2018.

Secretaria de Comunicação de Maceió. **Prefeitura lança Gigantinhos, maior programa da história de Alagoas para educação da primeira infância**. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/noticias/gp/prefeitura-lanca-gigantinhos-maior-programa-da-historia-de-alagoas-para-educacao-da-primeira-infancia> Acesso em: 19 dez. 2024.

Secretaria de Comunicação de Maceió. **Prefeitura vai construir 73 novas creches por toda Maceió**. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/noticias/gp/prefeitura-vai-construir-73-novas-creches-por-toda-maceio> Acesso em: 18 dez. 2024.

SHIROMA, Eneida Oto. **Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais**. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 5, p. 1–22, 2020.

DOI: 10.5212/retepe.v.5.14425.003. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/14425>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Sociedade SEMEAR. **Apresentação**. Disponível em:
<http://www.sociedadesemear.org.br/?setor=inicio&pg=apresentacao> Acesso em: 12 dez. 2024.

VEIGA, Ilma. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35.